

**Angela de Castro Gomes  
Regina Beatriz Guimarães Neto**

**Trabalho escravo contemporâneo:  
tempo presente e usos do passado**

# Sumário

## Apresentação 9

### Parte I

#### Trabalho análogo ao de escravo: “As palavras e as coisas” 27

1. A lei e os historiadores ou dando nomes aos fatos 29
  - 1.1 O debate historiográfico: a categoria trabalho análogo ao de escravo 32
  - 1.2 O Código Penal de 1940 e o trabalho análogo ao de escravo 38
  - 1.3 A revisão do artigo 149 e a questão da liberdade do trabalhador submetido à escravização 47
2. A política, a lei e a produção de fatos sociais 53
  - 2.1 Os trabalhadores escravos nos jornais: textos e contextos para um novo significado da escravidão no Brasil 54
  - 2.2 De volta ao debate historiográfico: a força de uma tradição interpretativa 61
  - 2.3 Os sertões revisitados: reconhecendo o trabalho análogo ao de escravo 67
  - 2.4 O que fazer com o conceito de trabalho análogo ao de escravo? 78
3. Repressão e mudanças no trabalho análogo ao de escravo no Brasil 85
  - 3.1 Do que estamos falando 86
  - 3.2 Enxugando gelo... 89
  - 3.3 Água mole em pedra dura... 96

### Parte II

#### Cartografias e narrativas dos trabalhadores e trabalhadoras na Amazônia 105

4. Precariedade e vulnerabilidade dos trabalhadores na Amazônia: a violência como regra 107
  - 4.1 Deslocamentos e relações de poder 110
  - 4.2 Repensando a política: os trabalhadores pobres na Amazônia 113
  - 4.3 Vidas precárias - violência e resistência 116
5. História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: Amazônia 129
  - 5.1 Colonização e poder: o discurso da “cidade do trabalho” 138
  - 5.2 O “futuro aqui é do patrão” 147
  - 5.3 A “estreiteza da terra” 154
  - 5.4 A terra inacessível 156
6. Trabalho escravo contemporâneo na narrativa de uma líder sindical 162
  - 6.1 O testemunho da representante dos trabalhadores rurais - STR Confresa 166
  - 6.2 Breve passagem pelo tempo de aprendizagem 169
  - 6.3 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR-Confresa: a mobilização pelos direitos dos trabalhadores e o trabalho escravo contemporâneo 173

## Referências Bibliográficas 184

## Agradecimentos 197

# Apresentação

Angela de Castro Gomes  
e Regina Beatriz Guimarães Neto

Em toda a zona onde se explora a maniçoba existe praticamente a escravidão; o barraquista, assim se chama o dono do pessoal que extrai a maniçoba, alicia gente das povoações ribeirinhas e a leva sob promessa de grandes salários para a zona a explorar; antecipadamente é adiantada certa quantia de compras de objetos e para se deixar com a família; no lugar onde se instalam barracões, funda-se um armazém de propriedade do barraquista e onde o pessoal é obrigado a se fornecer pelos preços impostos pelo proprietário e que são, pelo menos, o dobro do corrente no “comércio” mais próximo; nas zonas onde a água é escassa, esta é vendida aos maniçobeiros; ao cabo de algum tempo, o empregado é devedor e está impossibilitado de sair enquanto não saldar a dívida, que só faz crescer. É inútil qualquer fuga ou rebelião, as turmas são guardadas à vista por capatazes armados e o sistema é tão generalizado que, mesmo na Fazenda Serra, administrada por dois ingleses, os capatazes fazem o serviço de carabina em punho (...).

As autoridades prestam mão forte ao maniçobeiro que procura o devedor fugido e, na vila Paranaguá, tivemos o desprazer de assistir a prisão de quatro maniçobeiros levados à viva força para o barracão dum barraquista, já celebrizado em toda a zona que atravessamos, pelos crimes cometidos. (Belisário Penna, 1916)

Esse texto foi escrito há um século. Ele é um fragmento de um relatório bem mais amplo, de autoria do médico sanitарista, Belisário Penna, então integrante do Instituto Oswaldo Cruz. Por isso, foi publicado pela primeira vez no periódico da respeitada instituição – *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* –, ganhando posteriormente outras edições, pois fazia parte de um projeto

de viagens científicas que os pesquisadores dessa instituição realizavam por vários estados do Brasil (NEIVA apud MUNARETO, 2017, p. 180). O objetivo principal dessas viagens era apresentado com o fim de construir um diagnóstico da “realidade nacional”, fundado no conhecimento *in loco*, sobre a situação da saúde – melhor dizendo, da falta de saúde – das populações, que viviam nos espaços geográficos e socioculturais reconhecidos como “sertões”<sup>1</sup>, onde se concentrava a maioria absoluta dos trabalhadores brasileiros, nas primeiras décadas do século XX.

Os médicos sanitaristas procuravam, com apoio de instituições oficiais, observar, identificar e, em especial, intervir no que consideravam os “males” que atingiam as populações “interioranas”, “sertanejas”. As doenças eram vistas atreladas à degradação de suas condições de existência miserável, atributo de grupos sociais e de comunidades étnicas. Munidos dos mais modernos procedimentos científicos da época – que obviamente desconsideravam os saberes locais –, pregavam a “transformação” das condições de saúde dessas comunidades e das culturas tradicionais, pois acreditavam que elas comprometiam sua capacidade física e produtividade para o trabalho. Uma questão considerada absolutamente fundamental naquele início de século, quando se acreditava, de forma bastante generalizada, que as condições de saúde da população de um país, aliadas à sua composição “racial” e a seu clima, tinham papel determinante para seu progresso, podendo promovê-lo ou inviabilizá-lo.

O desafio trazido pelas teorias científicas era imenso, sobretudo para países como o Brasil, cuja população fora formada por índios, negros e brancos, que, por séculos, se “misturaram”, gerando uma incalculável mestiçagem, à qual ainda se acrescentou imigrantes de várias nacionalidades. Além disso, um país que estava localizado nos trópicos, região tida como propícia a uma série de doenças “novas” e desconhecidas aos olhos dos centros de pesquisa mais desenvolvidos da época. Nesses termos, a importância das pesquisas que se faziam no Instituto Oswaldo Cruz era imensa, constituindo uma exceção no Brasil e na América Latina. Não é de espantar, portanto, que os relatórios, produzidos com riqueza de detalhes e dados muito convincentes cientificamente, alcançassem uma circulação que ia bem além da área médica, impactando os meios letrados e, também, políticos do Brasil. Algo que era desejado por esses médicos, parte de uma elite intelectual que queria diagnosticar os problemas do país, para encontrar remédios e “curar” o povo. Só assim, finalmente,

---

1 Consultar sobre a acepção de sertão, especialmente na historiografia brasileira, o livro de Nisia Trindade Lima (1998) e o artigo de Janaína Amado (1995).

seria possível construir uma “verdadeira nação”. A máxima, “o Brasil era um grande hospital”, é formulada nesse exato contexto, evidenciando o papel científico e político dessa elite médica, o que nos permite avaliar a circulação e o impacto dos relatórios que produziam.

É nesta configuração que, no início do século XX, afirmava-se a crença de que havia fortes conexões entre a “qualidade” física e psíquica da população de um país e sua capacidade para as atividades produtivas (manuais ou intelectuais), era uma verdade pouco contestada, mesmo quando havia discordância sobre o tipo de conexão (mais direta ou indireta) e, principalmente, sobre as formas para o enfrentamento desse problema. Assim, não chega a causar surpresa que Belisário Penna, no trecho escolhido como epígrafe, estivesse atento a um acontecimento que não envolvia a observação das características de uma doença encontrada em um grupo populacional; ou de características próprias a um tipo “racial/antropológico”, por exemplo. O que o médico está descrevendo, com acuidade, é uma forma de relação de trabalho, que ele percebe ser bastante comum no “interior” do Brasil. O relato é categórico quanto a isso, tanto quanto ao sentimento que tal prática lhe causa: um profundo mal-estar, provavelmente pelo misto de violência e impotência verificado.

Se a descrição de uma relação de trabalho, no interior de um relatório médico, não chega a ser uma surpresa, dados os vínculos entre condições de saúde e trabalho produtivo, a precisão e meticulosidade dos pontos que vão sendo escolhidos para compor a descrição é impressionante. O olhar é “etnográfico”, e o sanitarista vai identificando os agentes envolvidos na “exploração da maniçoba”. Para tanto, emprega uma terminologia que, passo a passo, indica o grau de violência, física e simbólica, que marca a relação entre as partes envolvidas numa “atividade” já muito conhecida na região. A leitura do pequeno fragmento é resumo precioso de um sistema de produção de mercadoria, centrado na superexploração do trabalhador rural brasileiro, que se tornaria conhecido, na primeira metade do século XX, como “sistema de barracão” ou de “servidão por dívidas”<sup>2</sup>. Mais impressionante ainda é o fato de um século depois de escrito o texto manter a capacidade e valor de nomear, em aspectos ainda fundamentais, um fenômeno existente na sociedade brasileira de início do século XXI, que ganhou o nome de trabalho análogo ao de escravo ou, simplesmente, trabalho escravo contemporâneo. Senão vejamos.

2 O texto de Thais Lazzeri – 100 anos de servidão. No Amazonas, extrativistas trabalham para pagar dívidas ao patrão. Há três gerações o ciclo aprisiona famílias no corte da piaçaba, a palha da vassoura, com imagens de Fernando Martinho, de 19 de outubro de 2017 – em contexto e momento diferentes, apresenta relações com o fragmento escrito por Belisário Penna. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/servidao-por-divida/>. Acessado em 14 fev. 2008.

Já na frase inicial do fragmento, surge o problema central deste livro. Penna diz que, em toda a zona Norte do país em que se explora a maniçoba<sup>3</sup>, existe “praticamente a escravidão”. É essa a palavra que ele escolhe para introduzir o leitor ao que vai narrar, avisando-o, sem deixar dúvidas, que se trata de um sistema de trabalho desumano e contrário ao progresso, que os sanitaristas querem levar aos sertões. Afinal, esse foi o tema central do movimento abolicionista, que havia se encerrado há apenas 28 anos atrás. Portanto, um movimento vitorioso, que legalmente acabara com a escravidão, mas que estava longe de findar com relações de trabalho fortemente fincadas no passado escravista, como ele quer demonstrar. Penna, obviamente, sabia que os homens que trabalhavam na maniçoba não eram escravos (até podiam ter sido), mas essa é a primeira e, diríamos, a melhor palavra que ele encontra para definir, simbolicamente, o que observa e quer dizer a seus leitores.

Os usos das palavras escravo, escravidão e outras suas derivadas, no vocabulário dos brasileiros do século XX, enraíza-se em séculos da prática da escravidão legal no país, mas os ultrapassa muito, permanecendo nos comportamentos e sentimentos que exprimem, aberta ou veladamente, o racismo que permeia as relações sociais de trabalho, até hoje. Justamente por isso, por ter tão longa duração e tradição, palavras como escravidão e escravo guardam sentidos fortes, sendo um deles, como evidencia Penna, caracterizar um tipo de trabalho em que alguém está submetido a condições de vida tão violentas, que são indignas de um ser humano. Essa é uma das razões pelas quais começamos nosso livro com a citação de Belisário Penna. Nós também desejamos evidenciar que, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, existem homens que, como os maniçobeiros, sendo livres legalmente, são explorados por seus contratantes com tanta violência (de muitas formas, mais explícitas ou mais sutis) que a palavra escolhida para descrever sua condição de trabalho, também foi a “escravidão”: o trabalho escravo contemporâneo.

Por isso, um dos objetivos centrais deste livro é investigar como essa palavra (escravo), que havia saído de nosso Código Penal após 1888, com a Abolição, a ele retorna com a reforma realizada em 1940. Retorna, por conseguinte, durante o Estado Novo e, como se verá, em íntima conexão com o tipo de exploração dos trabalhadores descrito pelo médico e, claro, não só por ele. O fato de homens livres serem submetidos à violência enquanto trabalhadores,

---

3 A maniçoba é uma árvore de tamanho médio, encontrada principalmente no Nordeste brasileiro – identificado como região Norte –, que produz borracha. A maniçobeira foi plantada na Bahia, no Ceará, no Maranhão e no Piauí e em vários territórios da África e do sudeste da Ásia. A borracha da caatinga movimentou grande comércio durante o *boom* extrativista, particularmente durante as duas primeiras décadas do século XX. (Cf. QUEIROZ, 2015.)